

## Anexo

### 1. Identificação da Entidade

---

A **SANTA CASA DA MISERICORDIA DE CARREGAL DO SAL** é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de IPSS. Tem como atividade Lar de Idosos, Creche e Estabelecimento de Educação Pré-escolar, para que possa prosseguir os seguintes objetivos:

- O Lar de Idosos presta serviços de acolhimento a idosos com alojamento e serviços de alimentação;
- A Creche acolhe crianças dos 4 meses até aos 3 anos de idade;

### 2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

---

Em 2017 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março; e
- Normas Interpretativas (NI).

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social para este normativo de 1 de Janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL.

Assim, a Entidade preparou o Balanço de 2017 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL.

### 3. Principais Políticas Contabilísticas

---

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

### **3.1. Bases de Apresentação**

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

#### **3.1.1. Continuidade:**

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

#### **3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):**

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “*Devedores e credores por acréscimos*” (Notas 11 e 18) e “*Diferimentos*” (Nota 12)

#### **3.1.3. Consistência de Apresentação**

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

#### **3.1.4. Materialidade e Agregação:**

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras apresentadas. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

### **3.1.5. Compensação**

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

### **3.1.6. Informação Comparativa**

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

## **3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração**

### **3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis**

Os “*Ativos Fixos Tangíveis*” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recurso naturais	-
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	8
Equipamento de transporte	4
Equipamento biológico	-
Equipamento administrativo	8
Outros ativos fixos tangíveis	-

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “*Outros rendimentos operacionais*” ou “*Outros gastos operacionais*”.

### 3.2.2. Bens do património histórico e cultural

Não tem.

### 3.2.3. Propriedades de Investimento

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou ao fornecimento de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As “*Propriedades de Investimento*” são registadas pelo seu custo histórico.

### 3.2.4. Ativos Intangíveis

Os “*Ativos Intangíveis*” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as “*Despesas de investigação*” incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projectos de desenvolvimento	3
Programas de computador	-
Propriedade industrial	-
....	-
Outros ativos fixos tangíveis	-

O valor residual de um “Ativo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

### 3.2.5. Investimentos financeiros

Não tem.

### 3.2.6. Inventários

Os “Inventários” estão registados ao custo de aquisição. A Entidade adota como método de custeio dos inventários o FIFO (*first in, first out*).

### 3.2.7. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

#### Clientes e outras contas a Receber

Os “*Cientes*” e as “*Outras contas a receber*” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido. Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente.

#### Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao custo histórico.

#### Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “*Caixa e depósitos bancários*” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

#### Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “*Fornecedores*” e “*Outras contas a pagar*” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

### **3.2.8. Fundos Patrimoniais**

A rubrica “*Fundos*” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “*Fundos Patrimoniais*” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

### **3.2.9. Provisões**

Não aplicável.

### **3.2.10. Financiamentos Obtidos**

#### Empréstimos Obtidos

Os “*Empréstimo Obtidos*” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “*Encargos Financeiros*” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “*Juros e gastos similares suportados*”.

### Locações

Os contratos de locações (*leasing*) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo.

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

## **4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:**

---

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

## **5. Ativos Fixos Tangíveis**

---

### **Outros Ativos Fixos Tangíveis**

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período de 2017, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

	Saldo em 01-jan-2017	Aquisições /Dotações	Abates	Transferências	Reavaliações	Saldo em 31-dez-2017
<b>Custo</b>						
Terrenos e recurso naturais	134 831,71	0,00	0,00	0,00	0,00	134 831,71
Edifícios e outras construções	2 500 882,23	0,00	0,00	0,00	0,00	2 500 882,23
Equipamento básico	162 357,15	0,00	0,00	0,00	0,00	162 357,15
Equipamento de transporte	85 006,01	0,00	0,00	0,00	0,00	85 006,01
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	114 409,05	0,00	0,00	0,00	0,00	114 409,05
Outros ativos fixos tangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>2 997 486,15</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2 997 486,15</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Terrenos e recurso naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	508 264,43	25 006,99	0,00	0,00	0,00	533 271,42
Equipamento básico	141 614,64	2 833,58	0,00	0,00	0,00	144 448,22
Equipamento de transporte	85 006,01	0,00	0,00	0,00	0,00	85 006,01
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	105 970,94	2 088,12	0,00	0,00	0,00	108 059,06
Outros ativos fixos tangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>840 856,02</b>	<b>29 928,69</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>870 784,71</b>

### Propriedades de Investimento

No que concerne às “Propriedades de Investimento” os movimentos ocorridos, no período de 2017, foram os seguintes:

	Saldo em 01-jan-2017	Aquisições /Dotações	Abates/Alieações	Transferências	Reavaliações	Saldo em 31-dez-2017
<b>Propriedades de investimento</b>						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0	0	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	154 372,78	5 030,70	-5 180,00	0,00	0,00	154 223,48
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Edifícios e outras construções	24 738,67	1 350,44	-919,45	0,00	0,00	25 169,66



## 6. Ativos Intangíveis

	Saldo em 01-jan-2017	Aquisições /Dotações	Abates	Transferências	Reavaliações	Saldo em 31-dez-2017
<b>Custo</b>						
Projectos de desenvolvimento	62 711,55	0,00	0,00	0,00	0,00	62 711,55
Programas de computador	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedade industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
....	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros activos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>62 711,55</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>62 711,55</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Projectos de desenvolvimento	16 722,03	10 450,87	0,00	0,00	0,00	27 172,90
Programas de computador	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedade industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
....	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

## 7. Locações

A Entidade detinha os seguintes ativos adquiridos com recurso à locação financeira:

Descrição	2017		
	Custo de aquisição	Depreciações acumuladas	Quantia Escriturada
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00
Equipamento básico	0,00	0,00	0,00
Equipamento de transporte	0,00	0,00	0,00
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Os planos de reembolso da dívida, discriminam-se da seguinte forma:

Descrição	2017		
	Capital	Juros	Total
Até um ano	0,00	0,00	0,00
De um até cinco anos	0,00	0,00	0,00
Mais de cinco anos	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

## 8. Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2017		
	Corrente	Não corrente	Total
Empréstimos Bancários	2 623,20	0,00	2 623,20
Locações Financeiras	0,00	0,00	0,00
Contas Caucionadas	0,00	0,00	0,00
Contas Bancárias de Factoring	0,00	0,00	0,00
Contas Bancárias de Letras Descontadas	0,00	0,00	0,00
Descobertos Bancários Contratados	0,00	0,00	0,00
Outros Empréstimos	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>2 623,20</b>	<b>0,00</b>	<b>2 623,20</b>

## 9. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2016 a rubrica “*Inventários*” apresentava os seguintes valores:

Descrição	2017			
	Inventário em 01-jan-2017	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-dez-2017
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00
Mat. Primas, Subs. e de consumo	280,86	94 776,20	0,00	495,53
Produtos Acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00	0,00
Produtos e Trabalhos em Curso	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>280,86</b>	<b>94 776,20</b>	<b>0,00</b>	<b>495,53</b>
Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas				94 561,53
Variações nos Inventários da Produção				0,00

De referir que os valores da rubrica “*Matérias-primas, subsidiárias e de consumo*” se desdobram da seguinte forma:

- Matérias-primas: 495,53€;
- Matérias Subsidiárias: 0,00€; e
- Matérias de Consumo: 0,00€.

## 10. Rédito

Para o período de 2017 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2017
Vendas	0,00
Prestações de Serviços	455 016,99
Quotas dos utilizadores	189,00
Quotas e Joias	0,00
Juros	0,00
Royalties	0,00
Dividendos	0,00
<b>Total</b>	<b>455 205,99</b>

## 11. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Não aplicável.

## 12. Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2017, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

Descrição	2017
<b>Subsídios do Governo</b>	
Resposta Social Lar	159 326,58
Resposta Social Creche	41 262,62
	0,00
	0,00
	0,00
<b>Total</b>	<b>200 589,20</b>

## 13. Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Não aplicável.

## 14. Imposto sobre o Rendimento

Não aplicável.

## 15. Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2017, foram cinco.

Os órgãos diretivos da Entidade não auferem qualquer remuneração.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2017 foi de 30 funcionários.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2017
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00
Remunerações ao Pessoal	316 058,61
Indeminizações	1 432,02
Encargos sobre Remunerações	70 869,09
Seguros de Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais	5 480,79
Gastos de Ação Social	0,00
Outros Gastos com o Pessoal	7 274,15
<b>Total</b>	<b>401 114,66</b>

## 16. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

## 17. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

### 17.1. Investimentos Financeiros

Os investimentos financeiros referem-se á criação obrigatória para Fundos de Compensação dos funcionários.

### 17.2. Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

Não aplicável.

**17.3. Clientes e Utentes**

Para o período de 2017 a rubrica “*Clientes*” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2017
Utentes C/C	14 381,66

**Nota:** Existe um valor de 9.745,26 lançados nesta rubrica dos quais se desconhece a que utentes pertencem e até á data da elaboração deste relatório ainda não tinham sido identificados.

**17.4. Outras contas a receber**

A rubrica “*Outras contas a receber*” tinha, em 31 de dezembro de 2017, a seguinte decomposição:

Descrição	2017
Adiantamentos ao Pessoal	0,00
Adiantamentos a Fornecedores de Investimento	0,00
Devedores por Acrecimos de Rendimentos	0,00
.....	0,00
Outros Devedores	4 251,11
Perdas por Imparidade	0,00
<b>Total</b>	<b>4 251,11</b>

**17.5. Diferimentos**

Em 31 de dezembro de 2017, a rubrica “*Diferimentos*” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2017
<b>Gastos a Reconhecer</b>	
Seguros	1 599,89
	0,00
<b>Total</b>	<b>1 599,89</b>
<b>Rendimentos a reconhecer</b>	
	0,00
	0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>

**17.6. Outros Ativos Financeiros**

A Entidade detinha, em 31 de dezembro de 2017, investimentos nas seguintes entidades:

A entidade tinha investimentos financeiros nos Fundos de compensação no valor de 2.026,92€.

### 17.7. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2017, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2017
Caixa	138,75
Depósitos á Ordem	36 421,18
Depósitos a Prazo	0,00
Outros	0,00
<b>Total</b>	<b>36 559,93</b>

### 17.8. Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-jan-2017	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-dez 2017
Fundos	454 245,21	0,00	0,00	454 245,21
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados	447,88	21 498,84	2 237,85	19 708,87
Excedentes de revalorização	1 200 000,00	0,00	0,00	1 200 000,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	422 042,86	5 030,70	9 209,39	417 864,17
<b>Total</b>	<b>2 076 735,95</b>	<b>26 529,54</b>	<b>11 447,24</b>	<b>2 091 818,25</b>

**Nota:** O aumento das “**outras variações nos fundos patrimoniais**” está relacionado uma doação mencionada na nota do ponto 5. As diminuições relacionam-se com a imputação dos subsídios para investimento.

### 17.9. Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2017
Fornecedores c/c	37 176,00
Fornecedores titulos a pagar	0,00
Fornecedores faturas em recepção e conferencia	0,00
<b>Total</b>	<b>37 176,00</b>

**17.10. Estado e Outros Entes Públicos**

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2017
<b>Activo</b>	
Impost S/ Rendim. P. Coletivas (IRC)	0,00
Impostos S/Valor Acrescentado (IVA)	6 334,28
Outros Impostos e Taxas	0,00
<b>Total</b>	<b>6 334,28</b>
<b>Passivo</b>	
Impost S/ Rendim. P. Coletivas (IRC)	0,00
Impostos S/Valor Acrescentado (IVA)	0,00
Impost S/ Rendim. P. Singulares (IRs)	2 105,07
Segurança Social	9 844,25
Outros Impostos e Taxas	
<b>Total</b>	<b>11 949,32</b>

**17.11. Outras Contas a Pagar**

A rubrica “Outras contas a pagar” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2017	
	Não Corrente	Corrente
<b>Pessoal</b>	0,00	21 441,96
Remunerações a pagar	0,00	21 426,88
Cauções	0,00	0,00
Outras operações	0,00	15,08
Perdas por Imparidade acumuladas	0,00	0,00
<b>Fornecedores de Investimento</b>	0,00	8 199,24
<b>Credores por acréscimo de gastos</b>	0,00	39 560,00
<b>Outros créditos</b>	0,00	1 603,24
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>70 804,44</b>

**17.12. Outros Passivos Financeiros**

Não aplicável.

**17.13. Subsídios, doações e legados à exploração**

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2017, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

No exercício de 2017 foram doados a esta instituição um valor total de 5.030,70€, donativos estes que foram atribuídos em espécie com predominância de bens alimentares.

Os “Subsídios e Apoios do Governo” estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 12.

#### 17.14. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017, foi a seguinte:

Descrição	2017
Subcontratos	0,00
Serviços especializados	43 271,65
Materiais	6 856,19
Energia e fluidos	38 635,93
Deslocações, estadas e transportes	3 074,91
Serviços diversos (*)	24 933,97
Limpeza, higiene e conforto	13 337,54
Comunicação	5 140,37
Seguros	2 817,47
<b>Total</b>	<b>116 772,65</b>

#### 17.15. Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017
Rendimentos Suplementares	0,00
Descontos de pronto pagamento obtidos	14,84
Recuperação de dívidas a receber	0,00
Ganhos em inventários	0,00
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros	378,65
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	29 278,33
Outros	22 548,87
<b>Total</b>	<b>52 220,69</b>

#### 17.16. Outros gastos e perdas

A rubrica de “Outros gastos e perdas” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017
Impostos	1 042,83
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00
Dívidas incobráveis	0,00
Perdas em inventários	0,00
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00
Gastos e perdas nos restantes ativos financeiros	0,00
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	260,55
Outros gastos e perdas	480,00
<b>Total</b>	<b>1 783,38</b>



**17.17. Resultados Financeiros**

Nos períodos de 2017 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2017
<b>Juros e gastos similares suportados</b>	
Juros suportados	2 443,39
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	0,00
<b>Total</b>	<b>2 443,39</b>
<b>Juros e rendimentos similares obtidos</b>	
Juros obtidos	0,00
Dividendos obtidos	0,00
Outros rendimentos similares	0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>
<b>Resultados financeiros</b>	<b>-2 443,39</b>

**17.18. Acontecimentos após data de Balanço**

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2017.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2017 foram aprovadas pelo Conselho Fiscal no dia 26 de abril de 2018 e em Assembleia Geral datada de 30 de abril de 2018.

Carregal do Sal, 02 de maio de 2018.

O Provedor,  
José Manuel Lopes Flório